
Entre o velho e o novo: a CGT em discussão¹

Lucflia de Almeida Neves Delgado

1 – INTRODUÇÃO

A criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade que é uma das maiores expressões do denominado sindicalismo de resultados no Brasil, insere-se na dinâmica das lutas do movimento sindical brasileiro a partir de 1978-1979. Nesse sentido, a influência dos desdobramentos conjunturais, econômicos e políticos dos últimos dez anos foi fundamental para a consolidação das principais estratégias da CGT. Influenciaram, também, suas propostas relativas às questões que mais de perto interessam aos trabalhadores e ao movimento sindical.

Entretanto, não foram somente os desdobramentos conjunturais que contribuíram para a definição do perfil que essa entidade hoje apresenta. Fatores históricos também deixaram sua marca na CGT. A história do sindicalismo brasileiro tem sido permanentemente perpassada por dois problemas recorrentes: o relativo à unicidade-pluralidade e o relativo à partidarização-despartidarização do movimento sindical. Nesse sentido, renova-se, por sua atualidade, a assertiva analítica de Weffort que diz ser a análise de conjuntura relevante

“(...) precisamente por trazer ao nível do conhecimento (as) encruzilhadas da história em que as orientações ideológicas e a capacidade de ação assumem uma importância decisiva” (Weffort, 1973, p. 70).

Ao analisar a CGT, consideram-se dois objetivos prioritários: reconstruir sua trajetória e discutir o movimento sindical brasileiro no período de 1979 a 1990, buscando identificar suas peculiaridades conjunturais, ao

¹ Trabalho apresentado no Seminário temático - Sindicalismo brasileiro nos anos 80: balanço e perspectiva - do Encontro Anual da ANPOCS realizado em Caxambu, Minas Gerais, nos dias 22 a 26 de outubro de 1990.

* Mestre em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Professora-adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Doutora em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP)

mesmo tempo que se procuram ressaltar as características mais permanentes do sindicalismo brasileiro que se atualizaram na referida conjuntura.

Buscando identificar, no tocante à questão das organizações sindicais horizontais, a relação estrutural-conjuntural, o trabalho se subdividirá em partes não-lineares, muitas vezes superpostas, permeadas por questões e temáticas afins ou mesmo comuns.

O trabalho será basicamente de reconstituição descritiva.

2 – RETORNANDO NO TEMPO

De 1964 a 1978, o movimento sindical brasileiro passou por uma fase de refluxo e de quase que completa apatia. Nesse período, somente dois episódios, pontualmente isolados, quebraram a rotina do silêncio imposto: as greves de Contagem e Osasco, em 1968, que não tiveram maiores desdobramentos na rearticulação das lutas sindicais.

Logo após 1964, os operários e demais trabalhadores assalariados passaram a não ser identificados como interlocutores pelo governo e também por um expressivo grupo de empresários. Além do mais, como consequência de uma ação deliberada do novo poder instituído em 1964, os sindicatos perderam significativamente suas funções enquanto entidades de representação das reivindicações dos trabalhadores assalariados. Nesse contexto, o sindicalismo submeteu-se a uma redução significativa de suas atividades relacionadas ao que Marshall (1950) definia em sua obra clássica, **Citizenships and social class**, inerentes ao sistema secundário de cidadania industrial, paralelo ao sistema de cidadania política e dele suplementar.

O conjunto de leis e decretos-leis instituídos pelo regime militar sobre a política salarial – Lei 4 725, de 1965, retirava dos sindicatos sua função de representante dos interesses de suas categorias nos dissídios coletivos.

A referida lei definia que os reajustes salariais não se poderiam efetivar em intervalo menor que um ano, seriam calculados com base no salário médio dos 24 meses anteriores e poderiam ser acrescidos por uma taxa relativa ao aumento da “produtividade nacional”. A média salarial e a referida taxa seriam determinadas a partir de cálculos realizados pela área técnica do governo.²

De fato, os dissídios coletivos transformaram-se num ritual monótono. Se antes eram objetos de barganha entre patrões e empregados, através da mediação da Justiça do Trabalho, sob a nova sistemática transformaram-se numa mera formalidade onde os trabalhadores assalariados não tinham como expressar suas necessidades e interesses. Nesse sentido, até o direito clássico de negociação, inerente às economias de mercado, foi drasticamente limitado.

Outras medidas institucionais, acrescidas à lei salarial, também contribuíram para esvaziar o caráter de massas que o movimento sindical vinha adquirindo durante o período populista. Apesar disso, essas mesmas me-

² Sobre a lei salarial, ver Almeida (1983), Hirata (1980).

das se transformaram numa injeção de ânimo para o sindicalismo assistencialista.

Assim, o governo militar reeditou o assistencialismo sob bases ampliadas e pôs em prática, de forma extensiva e intensiva, a legislação trabalhista constante da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1953. Dessa forma, passou a interferir sistematicamente nas finanças sindicais, através do controle irrestrito do imposto recolhido. Além disso, foi reeditado, na prática, o poder de veto ministerial sobre os candidatos que se apresentassem para disputar eleições para diretorias de sindicatos. A essas medidas, previstas pela CLT, editou-se mais uma, que atingiu diretamente a capacidade reivindicativa do movimento sindical: a Lei 4 330, de 01/06/1964, conhecida como “Lei de Greve”. Por esse instrumento, ficavam proibidos quaisquer movimentos grevistas, e toda e qualquer greve seria considerada ilegal.

Esse quadro conjuntural, que ampliou a interferência do Estado nas lides sindicais, alimentou-se em duas fontes: no próprio autoritarismo do novo regime e na estrutura sindical corporativa, herança consagrada do Estado Novo. O contexto em foco transformou-se em expressão nítida da efetivação plena de elementos estruturais reguladores das relações de trabalho através de uma perspectiva autoritária. Nessa conjuntura, a prática do autoritarismo sobre o mundo do trabalho em pouco diferiu da adotada na segunda metade dos anos 30, que havia sido estruturada sob princípios positivistas e corporativistas acoplados entre si, e que naquela conjuntura opunham-se, sob certo ângulo, às práticas liberais políticas e do mercado.

A ação desmobilizadora consequente de práticas autoritárias sobre o movimento sindical foi, se não fatal, pelo menos muito profunda. Toda a experiência do sindicalismo populista foi desmantelada. Através de algumas leis e decretos que se somaram a prisões de dirigentes sindicais, intervenções em sindicatos³ e controle da burocracia sindical, o governo atingiu, no cerne, as principais bases de ação do sindicalismo populista. No esteio dessa ação desorganizadora empreendida pelo Estado, foi também desmantelada a experiência da CGT, que projetava se desdobrar na criação de uma central de trabalhadores.

O contexto apresentou duas perspectivas para os dirigentes sindicais: adaptação às condições impostas pelo regime, ou exclusão por atos de força. Um número expressivo de diretores de sindicatos, dentre aqueles que não foram presos ou afastados de suas entidades, adaptou-se a essa nova situação. A perspectiva não era de todo ruim para aqueles que propunham desenvolver uma ação mais burocratizada. Sob as novas condições, poderiam dirigir sindicatos, muitas vezes financeiramente fortalecidos (grandes sindicatos alimentados pelo imposto sindical) e livres da presença desestabilizadora de mobilizações conflituosas nas bases fabris. Nesse sentido, nada era mais cômodo para esses dirigentes do que compactuar com a proposta de um sindicalismo predominantemente assistencialista que também contribuisse para a neutralização de possíveis conflitos emergentes e no qual a reprodução do poder de lideranças estabelecidas fosse mais viável.

³ Logo após o golpe político-militar, durante o ano de 1964, ocorreram intervenções em sindicatos. Sobre o assunto, ver Delgado (1980).

Entretanto, a dinâmica do processo econômico e social acabou por constituir-se em desdobramentos que levaram à recomposição do movimento operário e sindical e à conseqüente retomada de experiências de criação de organizações intersindicais, tal qual já havia ocorrido em períodos anteriores.

De fato, o regime pós-64, significou a substituição de uma política de "inclusão controlada" para o cidadão trabalhador por uma política de "exclusão forçada", que reduzia drasticamente a possibilidade de realização da cidadania no mundo do trabalho. Tal situação, entretanto, viria a ser contestada por novas formas de luta construídas nos desdobramentos da história do movimento operário e sindical. Esses embates e as organizações surgidas nos seus desdobramentos apresentaram dupla face: a que renovava pela contestação do controle e a que revivia, sob novas formas, antigas propostas organizativas do movimento sindical, bem como as polêmicas desenvolvidas em torno da defesa ou crítica de tais projetos e propostas.

3 – AS OPOSIÇÕES SINDICAIS E O NOVO SINDICALISMO

As medidas de controle dos sindicatos e de exclusão participativa de suas lideranças foram elementos integrantes de uma estratégia ampla de aprofundamento da economia do País. A coalizão civil militar que tomou o poder em 1964 incluía dentre seus objetivos principais implementar uma política econômica que tinha entre suas finalidades garantir a realização dos mecanismos de acumulação de capital, ameaçados pela crescente mobilização das massas no período de 1958 até 1964.⁴

Nesse sentido, outras definições da política governamental não especificamente ligadas ao controle das organizações de trabalhadores afetaram também o movimento sindical. Num primeiro sentido, contribuiu para o refluxo do movimento e, num segundo, paradoxalmente, provocou a emergência de forças atuantes e contestatórias no seio do sindicalismo já no final dos anos 70.

As referidas definições governamentais são relativas à edição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à política sistemática de compressão salarial e de concentração da renda. Paralelamente a essas medidas, foi implementada uma política industrializante que provocou mudanças profundas na estrutura produtiva brasileira. As indústrias tradicionais de bens de salário cederam lugar a outras de bens duráveis e de capital. Tais mudanças provocaram, em contrapartida, modificações na composição da classe operária e demais categorias assalariadas, tornando-as mais complexas, com múltiplas divisões internas. No setor de produção industrial, ficou nítida a divisão entre assalariados das indústrias mais modernas e os das mais tradicionais.

Será exatamente no setor mais moderno da produção industrial que surgirão, no final dos anos 70, os primeiros movimentos grevistas de maior significado no pós-64. Essas greves se transformarão na base de um movimento sindical mais amplo que transitará combativamente dos anos 70 para a década de 80.⁵ Várias categorias profissionais se envolveram nas lu-

⁴ Sobre o assunto, análise instigante e fundamentada é realizada por Oliveira (1977).

⁵ Análise e reconstituição das greves de 1978, 1979 e 1980 na região do ABC poderão ser encontradas em Antunes (1988).

tas reivindicativas dos sindicatos. A classe média também foi contagiada pelo processo que, além disso, expandiu-se pelo campo, onde mobilizou trabalhadores rurais de diferentes regiões do País. No esteio desse movimento, serão retomadas, sob novas roupagens e condições antigas, experiências voltadas à organização de centrais sindicais.

Nesse sentido, é elucidativa a afirmação de Helena Hirata, que diz ser o novo sindicalismo

"resultado, de um lado, das diferenciações introduzidas no seio da classe operária pela industrialização fundada na implantação de grandes empresas multinacionais modernas, com uma tecnologia de ponta e, de outro, da ruptura com as formas de populistas de organizações e mobilização operária" (Hirata, 1980, p. 82-83)

De fato, o movimento sindical dos anos 80 foi influenciado pelas novas condições da industrialização e pela perspectiva deliberada de expressivas lideranças sindicais de adotar formas de luta e de organização que rompessem com a tradição do sindicalismo populista, que tradicionalmente reforçou a presença do Estado junto às entidades sindicais. Cabe, entretanto, ressaltar que, em relação ao rompimento com as práticas sindicais populistas, não houve uma ação homogênea de todas as correntes sindicais. Nesse sentido é que uma análise comparativa dos projetos e práticas da CGT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) pode contribuir para melhor visualização do novo e do convívio do novo com o arcaico no seio do movimento sindical.

4 – EXTENSÃO DO NOVO SINDICALISMO

Durante a década de 70, o movimento sindical buscou organizar-se nas fábricas e demais locais de trabalho. Limitado pela atuação política e burocratizante do Estado, só restou aos sindicalistas se valerem de formas alternativas de luta e organização. Nesse sentido, o controle e a coerção acabaram, paradoxalmente, por se transformar num dos fatores que também contribuíram para a emergência de novas formas organizativas dos trabalhadores.

O trabalho de organização, voltado prioritariamente para a luta por fábricas e locais de trabalho, despontou, em um primeiro momento, na região mais industrializada do País e em setores de ponta da produção industrial.⁶ Esse movimento organizativo expandiu-se a partir de então, mesmo que de uma forma difusa, para outros setores da produção e de serviços. Na segunda metade da década de 80, já atingia setores variados.

Se em torno de 1977 a vanguarda do movimento sindical concentrava-se no ABC paulista, no decorrer dos anos 80, no entanto, o movimento sindical ganha em extensão e contamina expressivas categorias. Os trabalhadores, em um movimento crescente, passam a superar a condição de "cida-

⁶ A bibliografia especializada em estudos sobre sindicato na década de 70 apresenta uma idéia compartilhada pela maior parte dos autores quanto aos fatos de que a vanguarda das lutas sindicais localizou-se nas indústrias mais modernas. Werneck Vianna, entretanto, faz uma análise diferente e diz que, no final da década de 70, houve também uma incorporação do setor tradicional às lutas sindicais e ao movimento grevista (Vianna, 1983).

dania regulada", e a luta deles adquire dimensões ampliadas, entendendo-se desde as linhas de montagem, a hospitais, salas de aula, canaviais, bancos e canteiros de obras. Nesse novo período de relação sindicato-Estado-empresários, a questão da organização sindical adquire nova perspectiva que, sem desconsiderar a organização local, projetava-se para âmbito nacional.⁷

Da prática de vanguarda dos sindicalistas do ABC à extensão das lutas sindicais a diferentes rincões do território nacional ocorreu um processo de dinâmica acelerada, no qual se fez presente a atuação de grandes, médios e pequenos sindicatos. No esteio e desdobramento desse processo, surgiram lideranças alternativas e também projetos diferentes para o direcionamento das lutas sindicais. As expressões maiores desses projetos são a CUT, a CGT e a Força Sindical.

5 – NOVAS LIDERANÇAS – VANGUARDA DO MOVIMENTO SINDICAL

Uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária nos anos 70, foi o germe de toda a transformação por que passou o sindicalismo brasileiro nos anos recentes. Essa corrente, inicialmente impulsionada por objetivos de reposição de perdas salariais, acabou por envolver-se em um projeto mais amplo que buscava recuperar a perda de representatividade dos sindicatos e também objetivava criar formas mais abrangentes e eficazes de organização dos trabalhadores que, sem se afastar dos locais de trabalho, adquirisse projeção nacional.

A dinâmica começou em 1977, com a companha pela reposição salarial dos metalúrgicos paulistas. Na seqüência desse movimento, 1978 e 1979 foram anos de greves. Movimentos grevistas em proporções inéditas eclodiram pela primeira vez no Brasil pós-64 (Almeida, 1973). A onda de greves espalhou-se. Categorias antes postergadas no movimento sindical, como a da construção civil, integraram-se ao processo transformador. A classe média também se somou a esse movimento. Um elenco de novos líderes passou a ter peso especial no embate que passou a contaminar o sindicalismo brasileiro em torno de propostas alternativas de organização de centrais sindicais.

Dentre as principais lideranças do movimento de vanguarda, que se desdobrou num processo mais amplo e mais contínuo, destacaram-se nomes como os de Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santo André; Henos Amorina, metalúrgico de Osasco; Arnaldo Gonçalves, metalúrgico de Santos; Marcelo Gato, ligado ao PCB, também de Santos; Jacó Bittar, petroleiro de Paulínea; Luís Inácio da Silva, metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema, dentre outros.

Esse grupo, que constituiu a corrente dos chamados sindicalistas autênticos, abriu caminho nas lutas sindicais. Por um lado, explorava as brechas legais e, por outro, contrapunha-se frontalmente às autoridades. Na dinâmica da contraposição, foram organizadas a CUT e também a Conferência

⁷ Leôncio Rodrigues, a respeito das iniciativas do sindicalismo no ABC, afirma "(...) convém assinalar que o sistema corporativo sofreu, pela primeira vez depois de longos e longos anos, um ataque frontal levado a efeito pelo militarismo sindical que teve seu ponto máximo de expressão na região do ABC" (Rodrigues, 1990).

das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), depois transformada em CGT. Durante dois anos essas entidades atuaram sem respaldo legal, e cada uma delas expressava propostas diferenciadas de um movimento sindical que, através de uma dinâmica conflitiva, se constituía plural e heterogêneo.

6 – A CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA - 1981

Ao longo da história, a composição ideológica e política do movimento sindical brasileiro nunca foi homogênea. Na Primeira República, a heterogeneidade manifestou-se pela ação de três correntes: anarquistas, reformistas e comunistas. Na década de 30, destacaram-se, por sua participação marcante, os comunistas, intensamente perseguidos pelo governo federal; os reformistas pelegos, que se vincularam ao sindicalismo oficial; e alguns sindicalistas ligados à Igreja Católica participantes dos círculos operários e que defendiam o pluralismo sindical.⁸ No período populista, destacaram-se os petebistas, também divididos internamente em frações; os comunistas; e os conservadores "amarelos" ou "ministerialistas".

Nos anos 80, o movimento sindical também apresentou um perfil marcado pela pluralidade. Três tendências diferentes se conflitam na defesa de pontos de vista, na maior parte das vezes antagônicas.

A primeira, denominada de "oposições sindicais", compunha-se por militantes católicos e por remanescentes de pequenos agrupamentos de esquerda. Essa corrente empenhou-se, sem lograr êxito, na construção de uma central sindical, paralela à estrutura sindical oficial, a partir da organização de comissões de fábrica.

A segunda foi formada pelos expoentes do novo sindicalismo, com atuação dentro dos sindicatos oficiais, sem vínculos com as "oposições sindicais" e alheios à influência de agrupamentos e partidos de esquerda marxista.

A terceira linha, de atuação defendida pelos peemedebistas comunistas e pelo Movimento Republicano 8 (MR8), propunha a construção da "unidade sindical" e a adoção de uma tática que se pautasse por um ritmo mais lento de mudanças nas instituições sindicais e trabalhistas.

Posteriormente, as três correntes acabaram por constituir dois grandes blocos de

"(...) composição bastante heterogênea. De um lado, revelando-se as faces do novo sindicalismo, em conjunção nem sempre tranqüila, com as oposições sindicais. Do outro, agrupavam-se as lideranças sindicais influenciadas pela esquerda ortodoxa de uma plêiade de dirigentes comprometidos com o 'status quo' sindical, constituindo a autodenominada unidade sindical (...) (Almeida, 1983).

Em 1981, a Primeira Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) serviu de palco para o confronto entre os dois blocos. Esse

⁸ Sobre a posição da Igreja Católica relativa à defesa do pluralismo sindical, pode-se encontrar uma boa análise em Beozzo (1986, t.2, v.2).

confronto foi assim definido pelo jornal **Ligação**, dos metalúrgicos de São Bernardo:

“De um lado estava o bloco combativo, tendo o Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema com grande símbolo, rejeitando a política de conciliação de classe, o peleguismo e o acomodamento. De outro lado, a chamada unidade sindical, à qual juntavam-se os direitistas de antes do regime militar, muitos sindicalistas moderados e os reformistas do PCB, PCdoB e MR8) (**Ligação**, 1979).

A primeira CONCLAT transcorreu tomada por um clima de ânimos exaltados. Naquela ocasião, revelaram-se de forma explícita profundas divergências, que permearam o movimento sindical a partir de então. Todavia, apesar de polêmicas discussões e da ameaça de um racha irreversível, as correntes em conflito decidiram pela realização de um outro congresso, em 1982, quando se fundaria uma central sindical de trabalhadores.

À CONCLAT compareceram 5 247 delegados de 420 sindicatos, que representavam assalariados da classe média (médicos e professores), trabalhadores industriais, do setor de serviços e lavradores. O relatório final do encontro apresentou as seguintes propostas:

- a) fim da legislação trabalhista de origem fascista;
- b) fim da Lei de Greve e da Lei de Segurança Nacional;
- c) remuneração e condições de trabalho dignas;
- d) igualdade de tratamento nas empresas e locais de trabalho para homens e mulheres;
- e) fim da exploração do trabalho do menor;
- f) contratos coletivos de trabalho;
- g) melhores condições de trabalho no campo, com reforma agrária;
- h) realização de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana;
- i) estabilidade no emprego;
- j) constituição de comissões de fábricas e legalização da atividade dos delegados sindicais;
- l) salário mínimo unificado e estendido ao campo;
- m) criação de uma central sindical de trabalhadores.⁹

Para viabilizar a criação da central de trabalhadores, os participantes do encontro decidiram criar a “Comissão Nacional Pró-CUT”, formada por 54 sindicalistas eleitos. Essa comissão ficaria encarregada de organizar um novo congresso de trabalhadores em agosto de 1982.

Foi exatamente no desdobrar das discussões em torno da criação da Comissão Pró-CUT que se revelaram, de forma contundente, as divergências entre as lideranças sindicais que participaram da CONCLAT. Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, retirou-se do encontro quando se votava a composição da chapa. Irritado com as articulações realizadas pelos sindicalistas ligados à corrente petista de Lula, recusou-se a continuar participando do encontro. A safda de Joaquim Andrade teve forte repercussão. Sindicalistas ligados ao partido Comunista Brasileiro (PCB), como Arnaldo Gonçalves e Hugo Pe-

⁹ Informações dos jornais, Folha de S. Paulo (Dianezi, 1981) e Gazeta Mercantil (1981).

rez, criticaram a posição dos petistas. Eles argumentaram que a intransigência só viria a contribuir para a divisão e o enfraquecimento do movimento sindical. Já Olívio Dutra, da categoria dos bancários de Porto Alegre, disse ver a polêmica com naturalidade e como fato confirmador de divergências históricas e reais que não tinham como nem por que serem escondidas (Dianezi, 1981).

De fato, a CONCLAT foi não mais que uma ocasião dentre tantas outras nas quais afloraram divergências estruturais ao sindicalismo brasileiro. Sem querer desconsiderar as diferenças conjunturais, é interessante lembrar o III Congresso Nacional Sindical, realizado em 1960, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Naquele evento também se manifestaram divergências. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Diocleciano Cavalcante, retirou-se do local do conclave acusando os comunistas de defenderem a criação de uma confederação de trabalhadores pouco sindical e muito partidarizada (Última..., 1960).

Novamente, em 1981, a crítica relativa à partidarização do movimento sindical foi apresentada por um sindicalista. Joaquim Andrade, alegando discordar da extrema partidarização do CONCLAT, passou a se esforçar pela criação de uma outra central sindical alternativa à que seria criada pelos petistas.

7 – O CONGRESSO NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS – 1983

Após o CONCLAT, a corrente “unidade sindical” adotou uma linha de atuação voltada a dificultar a implementação das decisões tomadas pelos participantes daquele congresso sindical relativas à criação da CUT. Essa posição, somada às dificuldades estruturais de organização autônoma dos trabalhadores no Brasil, acabou por influenciar no adiamento da data de criação da Central Única dos Trabalhadores, o que só veio a ocorrer em agosto de 1983, um ano após a data planejada. Em São Bernardo do Campo, berço do novo sindicalismo, reuniram-se os delegados que criaram a CUT em um encontro denominado I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras.

O primeiro CONCLAT reuniu 5 087 delegados sindicais. Em relação ao encontro de 1981, aumentou o número de delegados rurais, que passou de 916 para 1 614. A participação desse elevado número de trabalhadores rurais ocorreu apesar da posição contrária à criação da CUT assumida pela diretoria da Conferência Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAC). O presidente da CONTAC aliou-se a Joaquim Andrade, que não esteve no encontro.

A não-participação do presidente do Sindicato de Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo na CONCLAT não significou a ausência dessa entidade no encontro. O sindicato enviou uma delegação de 27 representantes liderados por Lufs Antônio Medeiros, futuro dirigente da CGT.

A principal polêmica do encontro expressou em continuidade ao que já vinha ocorrendo desde 1981. De um lado, ficaram os sindicalistas ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), como Meneguelli, Bittar e João Paulo Pires de Vasconcellos. Do outro, se posicionaram os delegados do Sindicato Metalúrgico de São Paulo, além de sindicalistas como Aurélio Pe-

rez, ligado ao PC do B, e Hergeu Egídio dos Santos, dirigente da Federação de Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo.

O motivo do conflito referia-se à forma de organização da central que seria fundada. Os petistas defendiam a participação de associações não-sindicais e pré-sindicais na CUT. Os adeptos da "unidade sindical" não concordavam com essa posição. Argumentavam que uma central sindical só deveria ser formada por sindicatos oficialmente registrados, para se evitar a partidização do movimento sindical, o que consideravam altamente indesejável.¹⁰ Na verdade, o que estava em jogo era o controle da liderança da nova entidade que seria fundada naquela ocasião. A presença de entidades pré-sindicais e de associações não-sindicais tivera significação duplo: rompimento, em parte, com a estrutura sindical oficial e reforço da liderança petista na organização. Contra essa última possibilidade é que reagiram os membros da unidade sindical.

Em termos comparativos, fato semelhante ocorreu também em 1960, no Teatro João Caetano. Os presidentes da maior parte de confederações e federações de trabalhadores, liderados por Ari Campista e Diocleciano Cavalcante, posicionaram-se contra a participação de entidades intersindicais não-oficiais, como o Pacto de Unidade de Ação (PUA) e a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), na central de trabalhadores que se viesse a formar. Defendiam, tal qual Andrade, a idéia de uma central sindical que reunisse somente entidades oficiais (Delgado, 1986; Última... 1960; Jornal..., 1960, p. 3).

O primeiro CONCLAT durou três dias e, apesar das divergências, definiu-se pela criação da CUT, que seria dirigida por 83 membros, 15 dos quais comporiam a Comissão Executiva, e sete deles seriam membros da Coordenação Nacional, assim formada: Jair Meneguelli (metalúrgico de São Bernardo); Paulo Renato Paim (metalúrgico de Canoas - RS); Jocó Bittar (petroleiro de Paulínea); João Paulo Pires de Vasconcellos (metalúrgico de João Monlevade); Abdias Santos (metalúrgico de Niterói); José Gomes Novaes (trabalhador rural da Bahia) e Avejino Canzer (trabalhador rural do Pará) (Miguel, Imediato, 1983).

Fato instigante relaciona-se à composição da primeira direção nacional da CUT, formada basicamente por trabalhadores oriundos dos setores de ponta da indústria e, num outro extremo, por trabalhadores rurais vindos do Norte e Nordeste.

Outras decisões do CONCLAT, além das relativas à fundação da CUT:

- a) luta pela reforma agrária;
- b) defesa da autonomia e liberdade sindicais;
- c) luta por eleições diretas para presidente da República;
- d) não-pagamento da dívida externa;
- e) instituição do salário-desemprego;
- f) estabilidade no emprego a partir do primeiro dia de trabalho;

¹⁰ As informações sobre as polêmicas ocorridas no Congresso Sindical que fundaria a CUT foram retiradas dos seguintes artigos de jornais: A Criação... (1983), Peres (1983), Pires (1983a, 1983b), Sindicatos... (1983), Tragemberg (1983).

g) direito irrestrito de greve e revogação do Decreto 2 045, que fixa os salários em 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) (Peres, 1983).

O Congresso finalizou-se sem a anuência dos adeptos da unidade sindical, que marcaram outro encontro para novembro do mesmo ano.

8 - A CRIAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS (CONCLAT): NOVEMBRO DE 1983.

No dia 6 de novembro de 1983, reunidos em Praia Grande, 4 824 delegados sindicais decidiram-se pela criação de uma central sindical alternativa à CUT. A CONCLAT da Baixada Santista, como ficou denominado tal encontro, divulgou o documento **A Carta de Praia Grande**, redigida por uma comissão de 43 sindicalistas, na qual destacaram-se os seguintes pontos:

- a) defesa das eleições para presidente da República;
- b) eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte em 1986;
- c) declaração de moratória para a dívida externa brasileira;
- d) rompimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI);
- e) revogação da Lei de Segurança Nacional;
- f) reforma agrária;
- g) reativação dos investimentos das empresas estatais e dos gastos públicos voltados para setores geradores de emprego;
- h) reforço do movimento sindical dentro das fábricas, através da ação de delegados sindicais e da criação de comissões de fábrica (Por um..., 1984; Sindicalismo..., 1984).

A CONCLAT fundada no encontro da Baixada Santista contou, na data de sua fundação, com o apoio de 1 243 entidades sindicais, o que representava um contingente de 25 milhões de trabalhadores sindicalizados. Comparativamente, a CUT contava com o apoio de 499 entidades sindicais, em que 251 eram urbanas e 248 rurais. Na CUT, também estavam inscritas outras associações de trabalhadores e organizações pré-sindicais, que representavam ao todo 11,5 milhões de trabalhadores.

Apesar de sua força numérica, desde a sua fundação, a CONCLAT já apresentava divisões internas. De um lado, posicionava-se Joaquim Andrade e sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). De outro, num ponto extremo, despontava a atuação de José Calixto Ramos, presidente da CNTI, que, ainda em 1984, sem lograr êxito, tentaria organizar outra central sindical alternativa ao projeto a ser implementado pela CONCLAT e também à CUT. Calixto, que se posicionava como um dirigente sindical antiesquerdista, convidou muitas das entidades filiadas à CONCLAT a participarem do congresso que pretendia organizar. Todavia, devido à falta de empenho desses dirigentes, sua iniciativa ficou sem o respaldo necessário para que tivesse maiores desdobramentos. Dentre os sindicalistas contactados por Calixto, estavam Antônio Medeiros e Rogério Magri, que despontavam como novas lideranças adeptas do sindicalismo de "negócios".

Dessa forma, no final de 1984, eram três as correntes mais expressivas no movimento sindical brasileiro:

- a) Os simpatizantes e dirigentes do PT, que realizaram o CONCLAT-ABC e criaram a CUT, em oposição a expressivo número de federações e confederações sindicais, como a CNTI e a CONTAG.
- b) O grupo que realizou a CONCLAT da Baixada Santista, cuja base maior de infra-estrutura localizava-se no Sindicato de Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo e cujo apoio político situava-se no PMDB, PCB, PC do B e MR8.
- c) A corrente ligada ao pensamento mais conservador do sindicalismo brasileiro, liderada por sindicalistas que dirigiam a Confederação de Trabalhadores no Comércio, como Antônio Magaldi, e a Confederação dos Trabalhadores na Indústria, como Calixto Ramos.

Por não ter logrado resultado positivo na tentativa de se criar uma central alternativa à CUT e à CONCLAT, o dirigente da CNTI, Calixto Ramos, tomou a iniciativa de filiar sua entidade à CONCLAT em fevereiro de 1985. A adesão da CNTI à CONCLAT significou o reforço econômico da entidade e proporcionou a articulação em nível nacional de dirigentes apontados como mais moderados ou conservadores do movimento sindical brasileiro. À parte dessa articulação, ficou Antônio Magaldi, que, posteriormente, lideraria a fundação da União Sindical Independente (USI).

A direção executiva da CONCLAT, no final de 1985, era formada pelos seguintes membros, todos defensores da economia de mercado e adeptos a cada um à sua maneira, do sindicalismo de resultados: Joaquim Andrade (metalúrgico de São Paulo); Rogério Magri (eletricitário de São Paulo); Hergeu Egídio (Federação Metalúrgica de São Paulo); José Francisco da Silva (presidente da CONTAG).

No dia 24 de março de 1986, um ano após a entrada da CNTI na CONCLAT, foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores, num congresso tumultuado por divergências entre os próprios sindicalistas que faziam oposição à CUT.

9 – A CRIAÇÃO DA CGT – MARÇO DE 1986

Reunidos novamente em Praia Grande, 5 546 delegados, representantes de 1 517 entidades sindicais, decidiram fundar a Central Geral de Trabalhadores.

Dentre as principais teses aprovadas no encontro, destacaram-se as seguintes:

- a) oposição à extinção do imposto sindical (defendida por expressivos setores da CUT);
- b) defesa intransigente da unicidade sindical (a CUT defendia a pluralidade sindical);
- c) suspensão do pagamento da dívida externa.

O encontro foi palco de divergências, que se desdobrariam na queda futura de Joaquim Andrade da direção da entidade. De um lado, posi-

cionou-se Magri, fortemente criticado pelos militantes sindicais vinculados ao PCB, e, de outro, posicionaram-se José Francisco e Joaquim Andrade.

A questão internacional foi o pano de fundo das divergências que se expressaram quando das articulações para se formar chapa única para a direção nacional da CGT. O PCB recusava-se a aceitar que Magri assumisse a direção da Secretaria para Assuntos Internacionais da entidade. O argumento principal dos comunistas era de que Magri, por suas ligações com a central sindical americana American Federation of Labor and Congress of Industrial Organization (AFL-CIO), colocaria a CGT na órbita de forte influência norte-americana.

Após prolongada negociação, Magri acabou por assumir a referida Secretaria, ficando, de forma definitiva, sua liderança na entidade.

A primeira diretoria da CGT teria Joaquim Andrade na presidência e ainda José Francisco (1º vice-presidente); Calixto Ramos (2º vice-presidente); Ricardo Balbino (construção civil de Porto Alegre - 3º vice-presidente); Alceu Porto Carrero (Confederação de Trabalhadores nas Empresas de Comunicação e Propaganda - 4º vice-presidente) e Wagner Francisco (bancário de Belo Horizonte - 5º vice-presidente).¹¹

O mandato de Joaquim Andrade terminou em 1989, quando Rogério Magri elegeu-se presidente da entidade. As divergências entre os dois sindicalistas desdobravam-se numa linha de crescimento desde 1986. Magri sempre criticou Andrade por seus vínculos com partidos políticos. Andrade, por sua vez, opunha-se à pretensão de Magri de filiar a CGT à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), com sede em Bruxelas. Joaquim era contra a criação de vínculos internacionais em caráter oficial.

Nesse período, também despontou a liderança do metalúrgico paulista, Antônio Medeiros, ex-militante do Partido Comunista e também adepto do sindicalismo de negócios. Medeiros tornou-se, assim como Magri, crítico intransigente da partidarização do movimento sindical. A liderança emergente de Antônio Medeiros acabaria por esfumegar o brilho de Andrade, que, em 1987, seria derrotado nas eleições de seu sindicato por esse novo dirigente. A derrota de Joaquim representou seu enfraquecimento na direção da CGT, uma vez que a principal infra-estrutura dessa organização estava no Sindicato Metalúrgico de São Paulo, há muitos anos dirigido pelo antigo líder sindical. Era a infra-estrutura de seu sindicato que o sustentava na liderança da CGT.

Magri, que era aliado de Medeiros, assim saudou a sua eleição: “(...) foi uma vitória e uma revelação. Os sindicatos agora sabem que podem vencer sem o apoio de grupos partidários” (Camargo, 1987).

Dois anos depois, após passar um mandato marcado por crises e dificuldades à frente da CGT, Joaquim Andrade disputou a eleição para a presidência da entidade com Rogério Magri, que o derrotou. Magri foi eleito em um Congresso que reuniu 984 entidades representadas por 3 500 delegados. Ao criticar o enfraquecimento contínuo da CGT durante o mandato de

¹¹ As informações sobre a criação da CUT foram retiradas de Congresso... (1986), Sindicalistas..., 1986, Atrazo... (1986).

Joaquim Andrade, Rogério Magri apresentou-se como um candidato moderno e arrojado, defensor de uma expansão profissional da entidade além de seu fortalecimento financeiro (Lucena, 1989).¹² Na verdade, Magri e Medeiros eram novas lideranças que despontavam e que faziam questão de ressaltar suas diferenças em relação à prática de Andrade, por eles considerada antiga e pouco ágil, contaminada por resíduos do período autoritário. Além disso, também deixavam explícitas suas divergências em relação ao projeto da CUT, que consideravam também ultrapassado, por ser "direcionado por interesses partidários" e não por reais interesses dos trabalhadores.

Na posse de Magri como ministro do Trabalho do governo Collor, suas relações com Medeiros começaram a se deteriorar. A política recessiva do novo governo dificulta a atuação do sindicalismo de resultados. Em março de 1991, Medeiros rompeu com a CGT. Através de um conclave no qual estariam presentes 1 793 delegados de 794 entidades e 74 delegações estrangeiras, liderou a fundação de uma nova central de trabalhadores: A Força Sindical.

10 – AS IDÉIAS DE MAGRI E MEDEIROS: CGT E FORÇA SINDICAL X CUT

Em 1987, ao ser eleito para a presidência do Sindicato de Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Antônio Medeiros faria os seguintes comentários, em entrevista ao **Jornal do Brasil**:

"O sindicalismo tem que estar voltado para as bases e pensar primeiro no salário dos trabalhadores.

As centrais esqueceram-se de que existem sindicatos e são formados não por militantes sindicais mas por critérios de militância partidária.

Não escolhi o modelo americano de sindicalismo, mas sim escolhi a vida real."

(Higobasse, 1987).

Esses fragmentos de discurso expressam algumas das propostas de Medeiros compartilhadas por Magri. Os dois sindicalistas afirmam que o capitalismo venceu no Brasil e que é necessário atuar de acordo com as regras do jogo. Medeiros afirmou em 1987: "Eu quero a divisão de riquezas, e a minha luta não é pela mudança do regime." É, ainda naquele mesmo ano: "Todo sindicato que se preze faz parte da reprodução capitalista" (Casoy, 1987).

Além da defesa da economia de mercado, que é identificada pelos sindicalistas da CUT como a grande responsável pela miséria do trabalhador, Medeiros e Magri compartilham as seguintes opiniões:

- a) desvinculação político-partidária dos sindicatos (a CUT não concorda com essa idéia por considerar os sindicatos organizações essencialmente políticas);
- b) aceitação do capitalismo por opção política (os cutistas, em contraposição, perseguem a meta do socialismo);

¹² Durante mandato de Joaquim Andrade, a CGT perdeu o apoio do PC do B, que se retirou da entidade em 31/01/88 e fundou a "Corrente Sindical Classista".

c) idéia de que a luta sindical limita-se à melhoria das condições de vida e do padrão de consumo dos trabalhadores (a CUT entende que a transformação do sistema econômico é condição imprescindível para que os trabalhadores venham a alcançar melhoria nas condições de vida, bem como uma remuneração digna);

d) pragmatismo de ação voltada para conquistas imediatas por categorias e segmentos, desprezando a perspectiva classista adotada pelos militantes da CUT;

e) atuação dentro das regras do jogo, por entenderem, como afirma Medeiros, ser o sindicalismo por categorias o melhor representante das bases.

Por comparação, pode-se afirmar que a retórica de Magri e Medeiros aproxima-se do modelo de sindicalismo americano de Samuel Gompers (1850-1924), fundador da AFL. Consta que alguém perguntou a Gompers qual era a sua ideologia – "More", respondeu ele. Já o modelo de sindicalismo petista pode ser esquematicamente comparado com o modelo europeu. O sindicalismo europeu, genericamente, caracteriza-se por estreita vinculação com a política. Algumas vezes, chega à integração entre sindicato e partido (como, por exemplo, no caso clássico do Partido Trabalhista inglês). É claro que o modelo europeu apresenta especificidades de país a país; entretanto, a politização sindical é ali uma característica histórica, uma realidade voltada, dentre outros objetivos, para a conquista do poder político.

Essas características de repúdio retórico à política e de defesa incondicional da economia de mercado foram, inclusive, expressas, de forma enfática, por Rogério Magri, que, em 1987, afirmava:

"Não vejo o sindicato como um processo de revolução para tomar o poder, mas sim como um órgão para desenvolver o capitalismo. Ele nasceu do capitalismo, é fruto do capitalismo." (Magri, 1987).

Será com essa perspectiva que Magri assumirá a presidência da CGT, em 1989, e também o Ministério do Trabalho, em 1990.

Diante disso, é de fácil visualização alguns elementos que expressam diferenças estruturais entre a CUT e a Força Sindical. Suas propostas para o movimento sindical chocam-se frontalmente. A estrutura sindical defendida pela CGT, mesmo que não seja inteiramente igual à prevista pela CLT, é frontalmente oposta ao projeto da CUT. Os cegetistas e integrantes da Força Sindical defendem pequenas alterações no corpo da CLT. Suas propostas de modificação situam-se principalmente no que diz respeito à instituição da negociação direta entre patrões e empregados. Entretanto, tais modificações, de acordo com sua concepção, deveriam ser processadas em ritmo mais lento. Alguns sindicalistas da CGT defendem, também, a manutenção de dois institutos básicos da CLT de 1943: o imposto sindical (nesse ponto há divergências) e a unicidade.

Por sua vez, a CUT defende um sindicalismo não-verticalizado, tal qual prevê a CLT. Além disso, pauta-se pela extinção do imposto sindical e pela adoção do pluralismo sindical, embora os parlamentares petistas tenham votado pela manutenção da unicidade sindical na Constituinte de 1987-1988.

A questão da extinção do imposto sindical é especialmente polêmica, pois, se institucionalizada, tornará inviável a sobrevivência de pequenos sindicatos. Mas as Federações e Confederações, carros fortes da estrutura sindical vertical, também terão sua vida bastante dificultada. Uma indagação necessariamente aflora ao se analisar este elemento. Em termos de abrangência de quadros e de sindicato filiado, qual das três entidades ficará mais fragilizada pela extinção de instrumento compulsório de sustentação financeira das entidades sindicais?

11 – VOLTANDO NA HISTÓRIA: ENTRE O VELHO E O NOVO

As tentativas voltadas para a criação de centrais sindicais são antigas no sindicalismo brasileiro. Os comunistas muito se empenharam, em conjunturas diferentes, para que a unidade sindical, via central de trabalhadores, fosse alcançada.

Nesse sentido, criaram o Bloco Operário e Componês, em 1928, e a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), em 1929.

Na década de 40, após a queda de Vargas, o PCB novamente retomou o empreendimento voltado à criação de centrais sindicais. Nesse sentido, em 1945, seus militantes sindicais fundaram o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e publicaram um manifesto, assinado por mais de 300 dirigentes sindicais, inclusive não-comunistas, de 13 estados da Federação.

O manifesto defendia a idéia da necessidade de se alcançar a unidade sindical concomitantemente à luta pela liberdade de organização dos trabalhadores. Propugnava, portanto, pelo fim da legislação que permitia ao Estado interferir nas eleições sindicais. Além disso, defendia a sindicalização imediata dos trabalhadores no campo, bem como a extensão da legislação trabalhista à zona rural. Outra questão tratada no manifesto era relativa às eleições para as diretorias de entidades intersindicais. Os organizadores do MUT consideravam que essa era uma necessidade inadiável para a organização autônoma dos trabalhadores.

Na seqüência da criação do MUT, em 1946, após a realização prévia de vários encontros estaduais, reuniu-se, no Rio de Janeiro, o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Participaram desse encontro 1 752 delegados, que fundaram a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), apesar da iniciativa do ministro do Trabalho que determinou o encerramento do conclave. O Congresso, que havia começado seus trabalhos no Teatro Municipal, foi então transferido para a sede do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro, e culminou com a fundação da Central de Trabalhadores do Brasil.

A nova entidade agregou um grande número de sindicatos. Entretanto, o Ministério do Trabalho, alegando a ilegalidade da Central, interveio nos sindicatos que a ela se filiaram. Outra estratégia governamental voltada para o esvaziamento da CTB foi a criação da CNIL, que se transformaria numa verdadeira corrente amarela do sindicalismo.

As experiências do MUT e da CTB têm sido bastante analisadas pela bibliografia especializada em estudos sindicais. Tais análises são feitas algumas vezes numa perspectiva crítica, outras numa mais positiva, como o

fazem Maria Hermília Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins, Francisco Weffort, um dos maiores críticos dessas experiências, afirma que apesar de o MUT haver defendido a supressão do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, não reivindicou uma única vez sequer a extinção do imposto sindical.

Por comparação, é interessante notar que atualmente atualiza-se a polêmica sobre a manutenção ou extinção do imposto sindical, pois além da sobrevivência de alguns sindicatos, também estão em jogo a prática paternalista do Estado sobre os sindicatos, a maior ou menor projeção das centrais sindicais e constituição da autonomia sindical sob novas bases.

Na década de 80, os adeptos do sindicalismo de resultados criticaram a CUT por sua excessiva politização num ângulo diferente do da década de 40. Naqueles anos, a politização foi criticada por apresentar um caráter até “adesista”. Já nos anos recentes a crítica toma uma direção oposta, pois a politização, para os dirigentes da CGT, é contaminada pela contestação desestabilizadora do governo, o que não atende, segundo o entendimento deles, aos interesses mais imediatos dos trabalhadores, que são basicamente: garantia de emprego e bons salários.

Na seqüência das experiências do MUT e da CTB, ainda no período populista, seriam inúmeras as experiências de criação de intersindicais. Entretanto, o início da década de 60 destacou-se como um período efervescente, no qual as experiências de fundação de intersindicais ganharia peso especial. Data dessa fase a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que reuniu comunistas e petebistas, e do Movimento Sindical Democrático (MSD), que reuniu líderes sindicais mais conservadores, que diziam abominar a atividade política nos sindicatos.

Todavia, esses mesmos senhores não se esquivaram de receber financiamentos do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBADE) e de se ligarem aos promotores do movimento político-militar que depôs João Goulart da Presidência da República.

Em outro tempo, já pela década de 70, em São Bernardo do Campo, berço da CUT, também teve destaque a atuação de Paulo Vidal, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos. Vidal afirmava alto e em bom som, na sede de seu sindicato, que era contra a politização do movimento sindical, contra o confronto pelo confronto e a favor da ênfase em negociações que pudessem proporcionar conquistas imediatas para os trabalhadores.

Hoje, as lideranças da CGT e também a da Força Sindical fazem um discurso similar aos desses ex-dirigentes sindicais e adotam uma prática também comparável à de sindicalistas “apolíticos” de outros tempos. Além disso, alguns deles embrenham-se na administração pública, ao aceitar cargos do mais alto escalão governamental, numa prática que insiste em negar o visível. Quando reconhecida liderança de classe alia-se a um governo, está adotando posição nitidamente política e, mesmo que insista em negar, está também vinculando sua entidade a esse mesmo governo.

Essa postura de tentar ocultar o visível e desfigurar a prática através do discurso é velha conhecida dos historiadores. Basta olhar para o passado para poder ver que a prática e o discurso são antigos. Só mudaram os personagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. O sindicalismo brasileiro: entre a conservação e a mudança.
- 2 ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. São Paulo: Universidade de Campinas, 1988.
- 3 ATRASO Sindical. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 mar. 1986.
- 4 BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 30, o Estado Novo e a democratização. In: Fausto, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1986. t.2, v.2.
- 5 CAMARGO, Roberto. Fracasso da greve prova disputa na CGT. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 ago. 1987.
- 6 CASOY, Boris. Sindicalismo americano divide movimento operário. **Folha de S.Paulo**, 20 ago. 1987.
- 7 CONGRESSO da CONCLAT começa. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 mar. 1986.
- 8 A CRIAÇÃO da CUT, outra divergência. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 ago. 1983.
- 9 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O comando geral dos Trabalhadores no Brasil - 1961-1975**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- 10 DELGADO, Maurício José. **Política trabalhista e sindicato no Brasil**. Belo Horizonte, 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - FAFICH/UFMG.
- 11 DIANEZI, Vicente. CONCLAT marca 12 de outubro para dia nacional da luta. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1981.
- 12 FOLHA DE S.PAULO. São Paulo, 25 ago. 1981.
- 13 GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 25 ago. 1981.
- 14 HIGOBASSE, Darci Matos Jaime. O líder que tinha razão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1987.
- 15 HIRATA, Helena. Movimento operário brasileiro 1900-1979. SABER, Eder et. al. (Org.). **Movimento operário brasileiro 1900-1979**. Belo Horizonte: 1980. p. 82-100.
- 16 JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 16 ago. 1960. p.3.
- 17 LIGAÇÃO. **Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo**, São Bernardo do Campo, v.1, n.1, maio 1979:
- 18 LUCENA, Eleonora. Magri condena greve geral e descarta rótulo de direita. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 maio 1989.
- 19 MAGRI condena situação política das centrais. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1987.
- 20 MARSHALL, T.H. **Citizenship and social class**. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.
- 21 MIGUEL, José Aparecido, EMEDIATO, Luís Fernando. A divisão e a confusão sindical. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 1983.
- 22 OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- 23 PERES, Hugo. CONCLAT 2045 e a unidade dos operários. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1983.
- 24 PIRES, Cecília. CONCLAT começa hoje e pode reunir 4 mil delegados em São Bernardo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1983a.
- 25 PIRES, Cecília. CONCLAT termina hoje e define posição sobre Central Única. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 ago. 1983b.
- 26 POR um sindicalismo livre. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 nov. 1984.
- 27 RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990.
- 28 SINDICALISMO de resultados. **Folha de S.Paulo**, 7 nov. 1984.
- 29 SINDICALISTAS criam a Central Geral dos Trabalhadores. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 mar. 1986.
- 30 SINDICATOS europeus enviaram dólares do CONCLAT. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 ago. 1983.
- 31 TRAGEMBERG, Maurício. O racha do CONCLAT: a quem interessar? **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1983.
- 32 ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, 16 ago. 1960.
- 33 VIANNA, Luiz Werneck. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: CERIFA, 1983.
- 34 WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.4, p. 65-105, jun. 1973.